



BRK S.A.
**CRÉDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO**

CNPJ 12.865.507/0001-97

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. São Paulo, 26 de agosto de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2019	2018
Ativo		162.358	160.666
Circulante		162.358	160.666
Disponibilidades		557	131
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.502	18.199
Aplicações no mercado aberto		11.600	9.388
Títulos e valores mobiliários	6.a)	6.661	8.896
Carteira própria		2.600	—
Vinculados a compromisso de recompra		2.339	492
Vinculados à prestação de garantias		97	—
Outros valores e bens		94.794	103.818
Operações de crédito - setor privado	7	(2.711)	(4.621)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		21.137	10.893
Diversos	8	21.457	13.262
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(320)	(2.433)
Outros valores e bens	7.h)	16.671	18.237
Outros valores e bens		19.447	19.136
(-) Provisão para desvalorizações		(1.112)	(1.112)
Despesas antecipadas		336	413
Requerível a Longo Prazo		67.385	57.514
Operações de crédito		42.225	35.822
Operações de crédito - setor privado	7	42.771	36.489
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(546)	(667)
Outros créditos	7.h)	2.268	21.312
Diversos	8	24.587	21.597
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(79)	(285)
Outros valores e bens		672	360
Despesas antecipadas		685	867
Permanente		13	13
Investimentos		13	13
Outros investimentos		13	13
Imobilização de uso		252	268
Outras imobilizações de uso		1.638	1.759
(-) Depreciação acumulada		(420)	(586)
Intangível		1.646	1.681
Ativos Intangíveis		(1.229)	(1.025)
(-) Amortização acumulada		230.428	219.047
Total do Ativo		230.428	219.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	32.854	153	(7.298)	25.709
Lucro líquido do semestre			245	245
Ajustes de avaliação patrimonial		(126)		(126)
Saldos em 30 de Junho de 2018	32.854	27	(7.584)	25.297
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	32.854	363	(8.472)	24.745
Lucro líquido do semestre			104	104
Ajustes de avaliação patrimonial			467	467
Saldos em 30 de Junho de 2019	32.854	467	(8.450)	24.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Referentes aos Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A partir de 27 de março de 2018, a Brickell S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, passou a se chamar BRK S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. Uma mudança corporativa que se reflete no nosso crescimento e evolução. A BRK S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição" ou "BRK"), tem como principal local de negócio a concessão de créditos, para empresas de médio e grande porte e proporcionar aos seus clientes operações com estrutura adequada às suas necessidades. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras da Instituição, aprovadas pela Administração em 16 de agosto de 2019, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/78 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS
a) Caixa e equivalentes de caixa: Conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação b) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos à data do vencimento, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. c) Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intencionalidade da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: i) Títulos para negociação - adequados para serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; ii) Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram em negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; iii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo líquido de aquisição, em contrapartida ao resultado do período. Operações de crédito e provisionamento para créditos de liquidação duvidosa: As operações são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas quando o pagamento de juros estiver em dia. Operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação, exceto quando eventos e condições indiquem o evanescente amortização relevante da dívida e melhorias de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estejam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução CMN 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira. e) Outros valores e bens: São representados por ativos que não foram registrados no balanço patrimonial, mas que foram ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. f) Investimentos: São registrados pelo custo de aquisição, deduzidas da provisão para perdas, quando aplicável. g) Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil e econômica estimada dos bens. h) Intangível: O ativo intangível, corresponde ao custo de aquisição de bens incorpóreos, menos o valor de perda finalizada a manutenção das atividades da Instituição. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico do bem. i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment: O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda, ajustando-se ao valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN 3.568/08. Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "Impairment". j) Depósitos: captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata diá". As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, sobre o lucro, após os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20% (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei, da Medida Provisória (MP) 675/15), elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 20%, referente ao período compreendido entre 1º setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º janeiro de 2019, a alíquota voltou a ser de 15%. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são apresentados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: • Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando aquelas classificadas como remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Ajustes de resultados: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o princípio "pro rata diá" para aqueles de natureza financeira. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. n) Lucro por ação: É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte maneira:

	2019	2018
Disponibilidades	557	131
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.502	18.199
Total	16.059	18.330
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		
2019	2018	
Aplicações no mercado aberto:		
Posição Bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.500	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.002	12.199
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.000	—
Total	15.502	18.199
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
a) Carteira de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2019 e de 2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:		
	2019	2018
Carteira própria:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.661	6.024
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	632
Notas do Tesouro Nacional - NTN	—	2.240
Subtotal	6.661	8.896
Vinculados a operações compromissadas:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.600	—
Subtotal	2.600	—
Vinculados à prestação de garantias:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.339	492
Subtotal	2.339	492
Total	11.600	9.388
b) Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a composição por vencimentos e por classificação, está assim demonstrada:		
	2019	2018
Custo atualizado	Até 3 meses	Total
Títulos para Negociação:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.642	2.736
Letras do Tesouro Nacional - NTN	8.282	8.864
Títulos Disponíveis para Venda:	10.924	11.600
Total	13.566	14.396
Títulos para Negociação:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	632	632
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.445	2.382
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.210	2.240
Títulos Disponíveis para Venda:	4.095	4.134
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.382	9.388
Total	9.382	9.388

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
As informações sobre a carteira de operações de crédito em 30 de junho de 2019 e de 2018 estão assim apresentadas:
a) Por tipo de operação:

	2019	2018
Operações de crédito	120.569	119.301
Capital de giro	13.515	7.845
Conta garantida	6.556	17.782
Aquisição de crédito	140.276	144.928
Total das operações de crédito	140.276	144.928
Outros créditos		
Devedores por compra de valores e bens (1)	13.745	12.622
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (2)	26.310	24.405
Total de outros créditos	40.055	37.027
Total das operações de crédito	176.386	169.333
(1) Registrados em "outros créditos - diversos" (nota 8).		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2019	2018
Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais - R\$)		83.526	121.662
Receitas da Intermediação Financeira		11.877	17.420
Operações de crédito	15	11.877	16.882
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.026	538
Despesas da Intermediação Financeira		(5.810)	(10.398)
Operações de captação no mercado	16	(7.771)	(7.183)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.h)	1.967	(3.215)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.067	7.027
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.232)	(6.540)
Recursos de prestação de serviços		1	3
Rendas de tarifas bancárias		225	36
Despesas de pessoal		(3.857)	(4.289)
Outras despesas administrativas		(2.946)	(2.745)
Despesas tributárias		(327)	(387)
Outras receitas operacionais		2.980	1.173
Outras despesas operacionais		(335)	(621)
Resultado Operacional		1.772	482
Receitas (Despesas) não Operacionais		172	126
Receitas não operacionais		172	126
Despesas não operacionais		(2)	(6)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(1.918)	(314)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.918)	(314)
Participações nos Lucros		—	(44)
Lucro Líquido		22	245
Quantidade de Ações		23.679,532	23.679,532
Lucro Líquido por Ação - Em R\$		0,0009	0,0103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2019	2018
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018 (Em milhares de Reais - R\$)		
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido ajustado do período	238	3.811
Lucro líquido do semestre	22	485
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.967)	3.215
Depreciações e amortizações	161	160
Lucro na alienação de imobilizado	—	3
Impostos diferidos	1.918	314
Ajustes de avaliação patrimonial	104	(126)
Variação de ativos e passivos:	(22.615)	(1.246)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(735)	(489)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(97)	362
(Aumento) Redução em operações de crédito	(10.419)	1.776
(Aumento) Redução em outros créditos	(432)	(4.982)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(430)	2.051
(Aumento) Redução em depósitos	676	(2.059)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	(22)	(6.744)
(Aumento) Redução em captações no mercado aberto	2.540	2.540
(Aumento) Redução em outras obrigações	2.111	(4.759)
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado em Atividades Operacionais	(22.377)	5.057
Atividades de Investimento:		
Investimentos	—	(97)
Aquisição/Alienação de imobilizado de uso	(5)	—
Aplicações no intangível	(5)	—
Caixa Líquido (Aplicado) Gerado em Atividades de Investimentos	(5)	(96)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.441	13.369
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (vide nota nº 4)	16.059	18.330
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(22.382)	4.961
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
12. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES		
Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a Instituição com base em informações de seus assessores jurídicos quando a probabilidade de perda é avaliada como provável, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas dos respectivos processos sendo: Provisões trabalhistas: são compostas por ações à fins de obter indenizações. Em 30 de junho de 2019, o montante de provisões para contingências trabalhistas é de R\$ 36. A provisão foi constituída com base no valor avaliado para causa pelo assessor jurídico externo.		
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
a) Provisão para imposto de renda e contribuição social		
	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(1.940)	638
(-) Participações nos lucros	—	(44)
Resultado antes da tributação	1.940	594
Outras adições, liquidações das exclusões	(2.954)	(1.106)
Base do imposto de renda	(1.017)	(551)
Base da contribuição social	(1.014)	(547)
Alíquota efetiva (Nota 3.x)	40%	45%
IRPJ/CSLL	—	—
Dedução de incentivos fiscais	—	—
Imposto de renda e contribuição social	(1.918)	(314)
Ativo fiscal diferido	1.918	(314)
Total do imposto de renda e contribuição social	—	—
b) Créditos tributários: A Instituição com base em expectativas de resultados tributários futuros, constitui créditos tributários sobre despesas temporárias, relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes e prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no montante de R\$ 6.876. A provisão de realização desses créditos tributários é estimada em 42,32% no 1º ano, 32,00% no 2º ano, 25,50% entre o 3º e 4º ano. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI) equivalente a R\$ 8.137. Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro o graxão de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.		
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
a) Capital Social: Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 32.854 (R\$ 32.854 em 30 de junho de 2018) e está dividido em 23.679.532 ações nominativas sendo 11.839.766 ordinárias e 11.839.766 preferências (23.679.532 em 30 de junho de 2018) e não possui valor nominal. b) Reserva de Lucros: A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido de cada exercício social que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. O saldo remanescente é destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral. c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: O capital é remunerado por meio da		